

O pré-sal na visão do economista José Gabrielli



Entrevista exclusiva com o presidente da gigante Petrobras é complementada pela visão de Paulo Metri sobre a discussão do marco regulatório do pré-sal e pelas contribuições dos economistas do Fórum Popular do Orçamento sobre a aplicação dos recursos dos *royalties* do petróleo no Estado do Rio.

Homenagem de José Luís Fiori à professora Maria da Conceição Tavares.

As exportações brasileiras de serviços por Lia Vals; as opções para o SUS diante da reforma de saúde de Obama.

Editorial

Petróleo e Maria da Conceição Tavares

■ As páginas do nosso **JE** nesta edição são abertas com a bela e justa homenagem de José Luís Fiori à Maria da Conceição Tavares, que acaba de completar os seus oitenta anos. O artigo de Fiori, que o incorporamos como o nosso próprio reconhecimento e reverência à professora, sintetiza a trajetória dessa carioca e brasileira, nascida em Portugal. Aqui, junto de nós, dedicou a maior parte de sua vida, influenciando e contribuindo de forma relevante na formação de várias gerações de economistas, e teve uma intensa militância intelectual e política que a tornaram conhecida e referência de opinião e amor às duras batalhas, por justiça e democracia, em nosso país.

Mas, destacamos também, especialmente, o tema do petróleo, priorizado nessa edição do **JE**. A entrevista exclusiva de José Sergio Gabrielli - presidente da Petrobrás e economista - nos brinda com respostas importantes sobre o plano de investimentos da empresa até 2014, a ser ainda aprovado, bem como nos esclarece sobre os desafios e as alternativas de fortalecimento financeiro da empresa, na era do pré-sal, dentre outros assuntos.

Na sequência dessa entrevista, Paulo Metri nos alerta sobre os graves riscos que a proposta, em discussão no Congresso, para um novo regime de regulação para a área do pré-sal ainda representa para a defesa do que julgamos mais importante à soberania do país. Muito além da questão relativa à distribuição dos *royalties* do petróleo, modificações já aprovadas na Câmara prejudicam e comprometem o que defendemos como o necessário e elementar em torno dessa estratégica questão.

Completando o tema do petróleo, o Fórum Popular do Orçamento também sobre esse assunto se dedica, com importantes colaborações sobre os impactos e características dos recursos dos *royalties* no Orçamento do Estado do Rio de Janeiro.

E ainda temos as contribuições da professora Lia Vals, da FGV, com uma importante abordagem sobre as exportações de serviços do Brasil, e de Carlos Octávio Ocké-Reis, do IPEA, analisando os desafios colocados para o SUS brasileiro, nesse momento em que Obama se volta para a necessidade de reformas no sistema de saúde dos EUA. **JE**

SUMÁRIO

- 3 Maria da Conceição Tavares
José Luís Fiori
À mestra, com carinho
- 5 Exportações
Lia Valls Pereira
Notas sobre as exportações brasileiras de serviços
- 7 SUS e Obama
Carlos Octávio Ocké-Reis
O Plano de Saúde do Estado de Obama: Desafios para a Regulação do Mercado Brasileiro
- 9 Entrevista -
José Sergio Gabrielli de Azevedo
"Para chegar à atual produção, de dois milhões de barris diários, a Petrobras levou 56 anos. Somente com o que já conhecemos do pré-sal, podemos produzir este mesmo volume em apenas dez anos."
- 12 Petróleo
Paulo Metri
A vergonha é nossa
- 14 Fórum Popular do Orçamento
Indenizações pelo petróleo: por quê? para quem? para quê?

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Paschetto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Centro - Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Paschetto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2008-2010): Luiz Mario Benhken, Ruth Espínola Soriano Mello, João Paulo de Almeida Magalhães - 2º Terço (2009-2011): Gilberto Caputo

Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto - 3º Terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriça Miranda, Sidney Paschetto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º Terço: (2008-2010): Arthur Câmara Cardozo, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º Terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º Terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 - Gr. 1607 a 1609 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Paschetto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Paschetto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Membros da Coordenação de Relações Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki, Paulo Sergio Souto e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriça Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Membros da Coordenação de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Membros da Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas, e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** José Fausto Ferreira, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

À mestra, com carinho

“Eu pessoalmente já fui para a cadeia, sem nem saber porque, dado que sou apenas uma rebelde, pelo que escrevo, pelo que esbravejo.. Mas a vocês quero dizer o seguinte: já estou velha e cansada, mas não desisti. Não desisti! Eu acho que tem que estudar mais, aprofundar, aprofundar a análise, batalhar”.

Maria da C. Tavares,

Jornal dos Economistas, Corecon RJ, nº 181, p: 8 e 11

■ José Luís Fiori*

Maria da Conceição Tavares completa 80 anos, no dia 24 de abril de 2010. Matemática, economista, intelectual com vasta formação histórica, filosófica e literária, professora, militante, deputada federal, torcedora fanática do Vasco da Gama e da Mangueira, Maria da Conceição se transformou nos últimos 50 anos numa figura pública emblemática, e numa referência decisiva dentro da vida cultural e intelectual brasileira. Conceição nasceu num povoado, no interior de Portugal, perto de Anádia, na região de Aveiro. A família de sua mãe era católica e monarquista, mas seu pai era anarquista, e esta divisão familiar, ideológica e política marcou toda a sua infância, vivida em plena ditadura salazarista e durante a Guerra Civil espanhola. Em 1953, Maria da Conceição se graduou em Matemática, na Univesidade de Lisboa, e pouco depois se mudou para o Brasil, aos 23 anos de ida-

de, alguns meses antes do suicídio de Getulio Vargas. Em vários depoimentos sobre sua própria vida, Conceição confessa que se deixou envolver imediatamente pelo “otimismo brasileiro da década de 50” e pela intelectualidade carioca apaixonada pelo sonho de Brasília, do Plano de Metas, da Bossa Nova e do Desenvolvementismo, cantado em verso e prosa nos salões intelectuais do Rio de Janeiro, liderados pela geração de Darcy Ribeiro, Mario Pedrosa e Anibal Machado, ao lado dos nacional-desenvolvimentistas do ISEB e da geração de cientistas que começava a se reunir, naquela época, em torno da SBPC. Em 1960, Maria da Conceição Tavares se formou em Economia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde foi aluna e assistente de Otavio Gouveia de Bulhões, ao mesmo tempo em que trabalhava com Inácio Rangel e com os economistas heterodoxos do BNDE. Um pouco depois, já no escritório da CEPAL, no Rio de Janeiro, Conceição estabeleceu relações pessoais e intelectuais definitivas com Celso Furtado, Anibal Pinto e Raul Prebisch. E foi assim, com um pé na orto-



doxia neoclássica, o outro na heterodoxia estruturalista, e com uma forte formação marxista e keynesiana, que Maria da Conceição ingressou no debate econômico latino-americano ao publicar, em 1963, um artigo clássico sobre o “auge e o declínio do processo de substituição de importações”, onde ela explicava, de forma pioneira, os limites estruturais da estratégia de industrialização que era preconizada - naquele momento - por quase todos os economistas desenvolvimentistas. A partir daí, e nas décadas seguintes, Conceição participou de quase todas as grandes polêmicas econômicas, do Brasil e do continente: ainda nos anos 60, ela criticou a “tese estagnacionista” de Celso Furtado, e dos “teóricos da dependência”; nos anos 70, denunciou os limites financeiros do modelo de crescimento adotado pelo governo militar brasileiro; no início dos anos 80, participou intensamente da discussão sobre a origem e a natureza da crise econômica e da hiperinflação, no Brasil; e durante a década de 90, escreveu inúmeros artigos e livros criticando as políticas e reformas neoliberais associadas à ideologia da globalização. Por fim, Maria da Conceição escreveu dois trabalhos de lon-




go fôlego sobre o “movimento cíclico da economia brasileira”, que se transformaram nas suas teses de doutoramento, em 1974, na UNICAMP, e de Livre Docência, na UFRJ, em 1977. Além disto, nas décadas de 80 e 90, Conceição participou do debate internacional sobre a “crise da hegemonia americana”, inaugurando o campo da economia política internacional, no Brasil. Neste período, Mara da Conceição foi professora, sucessivamente, da UFRJ, da FGV-RJ, da CEPAL, da Universidade do Chi-

le, da Universidade Nacional do México, e da Universidade de Campinas, onde teve papel decisivo, na formação da sua escola de economia.

Depois do golpe militar de 1964, Maria da Conceição viveu no Chile, no México e na França, antes de voltar ao Rio de Janeiro, e ser presa, em 1974. No Chile, Conceição participou da equipe econômica do governo de Salvador Allende, e depois, já de volta ao Rio, militou na luta pela redemocratização brasileira, dentro do PMDB, onde ajudou a formular o seu primeiro programa de governo, que se chamou de “Mudança e Esperança”, e foi escrito em 1982. Uma década depois, Maria da Conceição Tavares ingressou no Partido dos Trabalhadores, e foi eleita deputada federal, pelo Rio de Janeiro, em 1994. Hoje, olhando em perspectiva, se pode ver com clareza o papel decisivo que as suas idéias tiveram na formação do “pensamento econômico da UNICAMP”, que hoje é hegemônico dentro do Segundo Governo Lula; e também na inflexão tardia e “desenvolvimentista” do PT, partido que se formou no início dos anos 80, sem nenhuma concepção econômica própria e sob forte influência das idéias antiestatistas, antinacio-

nalistas e antigetulistas de quase toda a intelectualidade paulista, liberal e marxista, desde os anos 50.

Somando e subtraindo, Maria da Conceição Tavares, em toda a sua vida, foi sobretudo uma professora e uma humanista que ensinou várias gerações - dentro e fora do Brasil - a pensar o mundo com paixão, mas com absoluto rigor analítico; com coragem, mas com total lucidez; com espírito crítico, mas com grande otimismo histórico; com rebeldia anárquica, mas com um profundo sentido de compromisso com o seu povo e com as angústias do seu tempo. Além disto, em todos os lugares onde esteve, Conceição foi sempre uma mente provocadora e incapaz de acovardar-se ou de negar o seu próprio passado. Poucos professores no mundo, ao chegar aos 80 anos, poderão assistir - como ela - uma eleição da importância da que ocorrerá no Brasil, em 2010, e saber que os dois principais candidatos à presidência da República foram seus alunos e se consideraram, até hoje, seus discípulos. Parabéns e obrigado, Maria da Conceição. 

* José Luís Fiori é professor titular de Economia Política Internacional do Núcleo de Estudos Internacionais da UFRJ e coordenador da Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ

agenda de cursos

MATEMÁTICA PARA CONCURSOS (1ª PARTE: RACIOCÍNIO LÓGICO)

8, 15, 22 e 29 de maio

MICROECONOMIA PARA CONCURSOS: TEORIA E EXERCÍCIOS

13 de maio a 29 de julho (em 22/7 não haverá aula)

ECONOMIA E CONTABILIDADE AMBIENTAL (À TARDE)

24 a 28 de maio

ECONOMIA E CONTABILIDADE AMBIENTAL (À NOITE)

19 a 23 de julho

ECONOMIA MARXIANA

4 de agosto a 15 de dezembro

Notas sobre as exportações brasileiras de serviços

■ Lia Valls Pereira*

O foco principal do debate sobre o comércio exterior brasileiro tem sido o comércio de mercadorias. A participação de 1,2% nas exportações mundiais nos anos de 2008 e 2009 mostraria que são necessários esforços contínuos para melhorar a competitividade dos produtos brasileiros. No entanto, no campo de serviços, a participação do Brasil é ainda menor. No ano de 2009, o percentual brasileiro nas exportações mundiais de serviços foi de 0,8% e o país ficou em 31ª posição na lista dos principais exportadores. Não obstante, o Brasil lidera a lista dos principais exportadores da América Latina e Caribe desde o ano de 2006. O segundo principal país é o México em 39º lugar e participação de 0,5%, em 2009.

A participação das exportações de serviços no comércio mundial (serviços mais mercadorias) foi de 21% e no Brasil esse mesmo percentual foi de 15,4% no ano de 2009.

Qual a importância do comércio exterior de serviços?

Antes da década de 80, quase a totalidade dos serviços era classificada como não comercializáveis internacionalmente. As novas tecnologias de informação e a redução nos custos de transporte para deslocamento das pessoas permitiu o surgimento de novas prestações de serviços no comércio internacional. Alguns exemplos são as atividades dos serviços de marketing e informações (call centers), os serviços de diagnósticos médicos à distância e o aumento de serviços de consultoria nos países.

Na Rodada Uruguai (1986/1994) no âmbito do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) foi incluído

pela primeira vez o tema de serviços na agenda de negociações. Foi criada uma negociação em separado — GATS, Acordo Geral em Serviços. Naquela época, diversos analistas consideraram que os países em desenvolvimento só teriam a perder com essa agenda. Os fluxos de serviços mundiais eram dominados pelos países ricos da Europa, Estados Unidos e Japão. Logo, a estratégia seria a de evitar compromissos de aberturas de mercados. No final da negociação, foi instituída uma negociação setor a setor com compromissos que tenderam a refletir os *status quo* nos países. No caso, muitos países em desenvolvimento, em especial na América Latina, já estavam promovendo reformas para diminuir as restrições para as importações de serviços. Não se comentava o potencial exportador desses países.

Na década de 90, a Unctad (United Nations Conference in Trade and Development / Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, 1999) inicia vários estudos que procuram identificar oportunidades para os pa-

íses em desenvolvimento (PEDs) no comércio mundial de serviços. O crescimento da renda é acompanhado pelo aumento do setor de serviços no PIB (produto interno bruto) dos países. Os fluxos de exportações de serviços estavam crescendo no mundo e, logo, os PEDs precisavam explorar e/ou criar vantagens competitivas nesse setor.

O setor de serviços corresponde a 66,6% do valor adicionado ao PIB do Brasil (Contas Nacionais, 2007). Nem todas as atividades são comercializáveis, mas as inovações tecnológicas e a internacionalização das empresas brasileiras poderão estimular um aumento das exportações desse setor. O país ocupa um lugar modesto no comércio mundial, mas como já destacado é o principal exportador da América Latina.

O que mostram as estatísticas das exportações de serviços brasileiros?

Qualquer análise sobre o comércio exterior de serviços esbarra nas limitações dos dados contabilizados nas balanças de pagamentos dos países¹. No Brasil, a Secretaria



de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento está implantando o SISCOSERV (Sistema integrado de comércio exterior de serviços) com o objetivo de obter dados atualizados e detalhados. No entanto, por enquanto a única fonte são os dados do Banco Central.

Os fluxos de serviços podem ser divididos em três grupos: transportes; viagens e outros serviços comerciais (OSC). No mundo, OSC correspondem a 53% do fluxo exportado (ano 2009). No Brasil, transportes representam 15,4%, viagens 20,2% e OSC, 64,4%. Em 2002, o percentual era de 60%. A tabela 1 compara os resultados para os anos de 2006 e 2009 do Brasil com os últimos dados desagregados disponíveis na OMC (Organização Mundial do Comércio).

Antes, é necessário um esclarecimento. Na metodologia atual do FMI (Fundo Monetário Internacional) as contas de OSC seguem a estrutura da tabela 1. No caso do Brasil, o Banco Central ainda divulga as estatísticas por uma classificação antiga. Pereira, Sennes e Mulder (2009) realizaram um trabalho sobre as exportações brasileiras de serviços e obtiveram, para os anos de 2001 a 2006, os dados tabulados pela nova classificação pelo Bacen.

TABELA 1

Os fluxos das exportações de outros serviços comerciais: Brasil e Mundo (em percentagens %)

Itens	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2009 (1)
	Brasil	Mundo	Brasil
Outros serviços de negócios	86,3	47,7	87,5
Financeiros	7,4	16,7	6,9
Comunicações	2,1	4,6	2,1
Royalties e licenças	1,5	10,9	2,6
Informação e computação	1,0	9,2	1,2
Pessoais, cultural e lazer	0,8	2,6	0,5
Seguros	0,6	4,3	2,2
Construção	0,2	4,0	0,1
Total dos outros serviços comerciais	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pereira, Sennes e Mulder (2009), Organização Mundial do Comércio e Banco Central do Brasil. (1) Foram incluídos nesse item as receitas de aluguel de equipamentos (0,3% do total) e serviços relativos ao comércio (8,5%)

Logo, em relação aos dados de 2009, foram realizadas algumas alterações para compatibilizar os dados. É importante destacar a participação majoritária de outros serviços de negócios (OSN) na pauta brasileira. No mundo essa participação também é a maior, porém explica 48% das exportações. No Brasil esse percentual é de 88%, em 2009. Na lista da OMC, o país é o 13º principal exportador de OSN (participação de 1,3%), 13º em seguros (0,7%) e 12º em serviços financeiros (0,4%). Os dados da OMC se referem ao ano de 2007.

O que são as exportações de “outros serviços de negócios”?

Os dados fornecidos pelo Banco Central para o trabalho citado de Pereira e outros (2009) seguem a classificação descrita na tabela 2. Serviços de arquitetura e engenharia constituem o principal item com uma participação que variou de 35% (média de 2001/02) a 39% (média 2003/2004). O segundo item são os demais serviços profissionais e técnicos — percentuais de até 27% — que não foi possível detalhar. O terceiro são os serviços profissionais entre coligadas que caiu de 24% para 13,4%. Chama a atenção o elevado aumento dos serviços legais, contábeis, consultoria gerencial e relações públicas que passam de 1,2% para 14% entre os biênios de 2001/02 e 2005/06.

As estatísticas divulgadas pelo Bacen ainda seguem a classificação antiga que não tem uma conta denominada OSN (ver tabela 3). Nesse caso, aluguel de equipamentos é um item separado e ganhos/perdas em compra e venda estão em parte no item de serviços relativos ao comércio. Em adição, o detalhamento dos serviços profissionais é diferente. Os serviços de arquitetura continuam sendo o principal item, mas o maior percentual que na tabela 2 (na tabela 2, no biênio 2001/2002, o percentual foi de 34,6% e na tabela 3 de 48,7%) sugere que outros itens devem ter sido englobados. As exportações dos serviços de profissionais liberais aumentaram de 1,4% para 21%. Aqui em parte devem estar os serviços legais e outros.

Itens	2001/2002	2003/2004	2005/2006
Aluguel de Equipamentos	3,7	0,9	1,0
Outros serviços profissionais e técnicos	87,0	90,7	88,4
Demais serviços profissionais e técnicos	23,9	26,8	21,2
Legal, contábil, consultoria gerencial e relações públicas	1,2	1,2	13,9
Pesquisa e desenvolvimento	*	*	1,2
Propaganda, pesquisas de mercado e de opinião pública	2,9	2,4	1,9
Serviços de agricultura, mineração e processamento local	*	*	0,02
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	34,6	38,8	36,9
Serviços profissionais e técnicos (outros) entre coligadas	24,4	21,5	13,4
Ganhos/perdas em compra e venda	9,3	8,4	10,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pereira e Sennes (2008). * Não há registro de exportações

Itens	Participação % no total			Cres.médio anual 2001/09 (%)
	2001/02	2005/06	2008/09	
Encomendas postais	0,0	0,0	0,0	1,2
Honorário de profissional liberal	1,4	14,0	21,0	64,1
Instal/manut escritórios, administrativos e aluguel imóveis	43,7	29,2	29,7	10,2
Participação em feiras e exposições	0,3	0,3	0,3	18,2
Passe de atleta profissional	2,5	2,1	1,6	4,2
Publicidade	3,4	2,0	2,4	9,4
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	48,7	52,0	44,0	15,0
Serviços implantação/instalação de projeto técnico-econômico	0,0	0,4	1,0	---
Total	100,0	100,0	100,0	15,9


Fonte: Banco Central do Brasil

O novo detalhamento como descrito na tabela 2 fornece uma melhor descrição do que na tabela 3. Nesse caso é esperar para que os dados passem a ser divulgados. Não obstante, os dados não permitem esclarecer a fonte das vantagens brasileiras. Por exemplo, o crescimento de profissionais liberais (ou de serviços legais, contábeis e outros) está associado ao aumento de procura por informações de empresas estrangeiras sobre o Brasil? Nesse caso, compram serviços de profissionais brasileiros. Alternativamente a internacionalização das empresas brasileiras pode levar a uma demanda por trabalho temporário de profissionais brasileiros no exterior. Que profissional é esse e qual o grau de qualificação? O tema da educação é frequentemente lembrado como um dos possíveis entraves ao desenvolvimento do país. O país teria vantagens em alguns

grupos de trabalhadores de forma a ampliar as exportações de serviços profissionais?

A Índia é a quarta maior exportadora de outros serviços comerciais. Está em segundo lugar na lista dos principais exportadores de serviços de computação, em quarto lugar entre os principais exportadores de serviços de comunicação, em quinto lugar em outros serviços de negócios e em sexto nos serviços de cultura e lazer. O domínio da língua inglesa pode ajudar, mas é um ativo que po-

de ser adquirido através da educação. Investimento em educação é crucial na criação de vantagens na área de serviços.

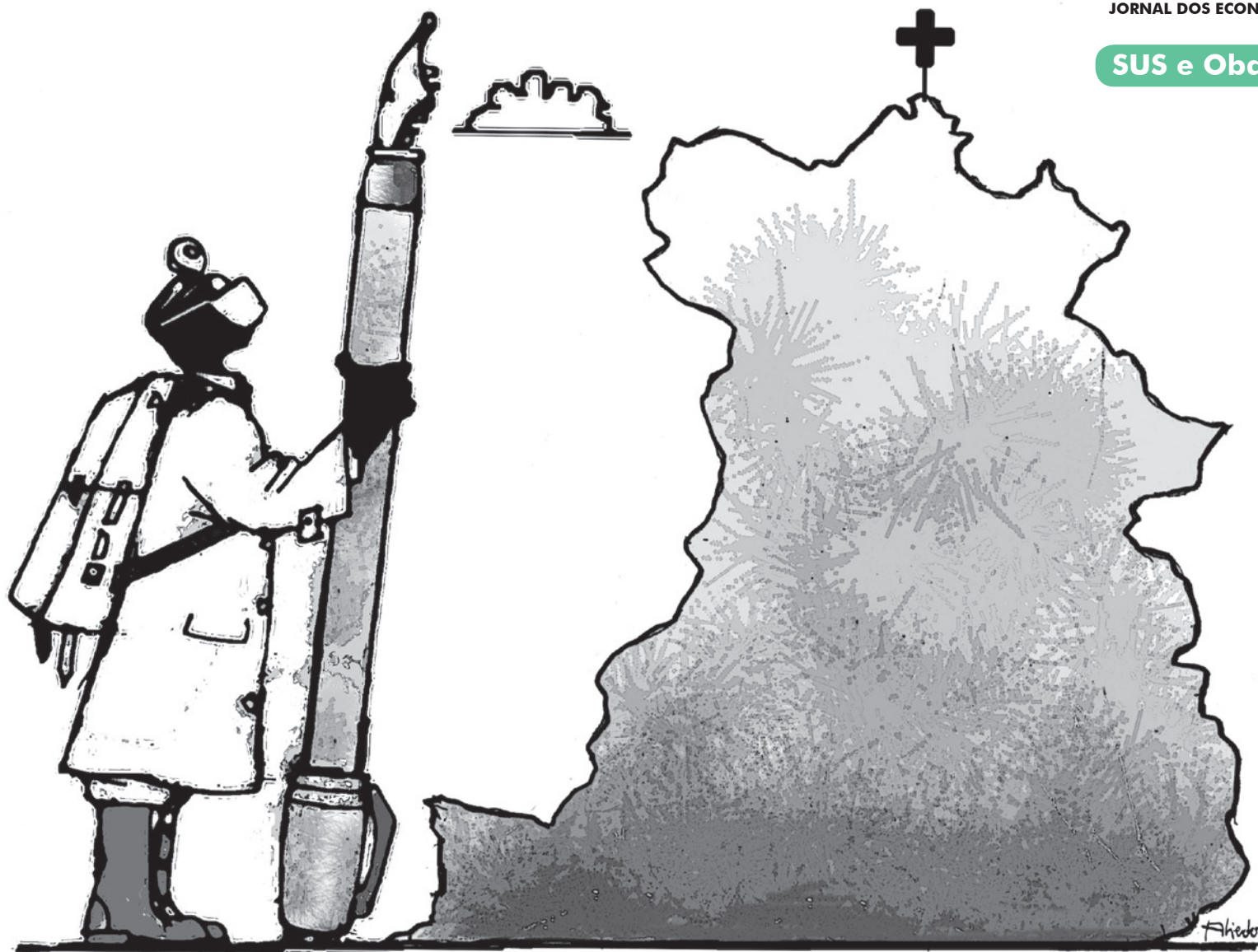
A análise setorial sobre os serviços de exportação brasileiros é um campo de pesquisa a ser explorado. 

* Lia Valls Pereira é coordenadora do Centro de Estudos do Setor Externo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e professora adjunta da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1 Para maiores esclarecimentos ver Pereira (2002).

BIBLIOGRAFIA

- Pereira, Lia V.(2002). Exportações de Serviços Comerciais Brasileiros. Em A.C. Pinheiro, R.Markwald e L. V. Pereira. *O Desafio das Exportações*. BNDES, Rio de Janeiro
- Pereira, Lia V., Sennes, Ricardo e Mulder, Nanno (2009). Brazil's emergence as the regional export leader in services: a case of specialization in business services. *Serie Comercio Internacional nº 94*. CEPAL. Santiago do Chile, CEPAL, outubro.*
- *Também disponível em português como Texto de Discussão do IBRE nº 7, em www.portallibre.fgv.br. Centros de Economia Aplicada: Centro de Estudos do Setor Externo. UNCTAD (1999). *Assessment of trade in services of developing countries*. UNCTAD/ITCD/TSB/7.



O Plano de Saúde do Estado de Obama: Desafios para a Regulação do Mercado Brasileiro

■ Carlos Octávio Ocké-Reis*

Existe um desafio ideológico, teórico e político para a formulação de um programa de governo progressista na área da saúde. Seria possível implantar uma política de saúde com o objetivo de desprivatizar o sistema brasileiro e desmercantilizar o Sistema Único de Saúde (SUS), integrando os orçamentos e os programas da seguridade social (assistência, previdência, saúde e seguro-desemprego)?

Visando suprir as necessida-

des de saúde da população, essa política atende a setores expressivos da população, tem forte caráter redistributivo e dinamiza a cadeia produtiva keynesiana, se quisermos, de maneira ecologicamente sustentável. Bem calibrada com o crescimento da economia, tal política não desestabiliza o orçamento público e, em certas condições, contribui para a redução da inflação setorial. Ela mexe com pesados interesses econômicos, mas, na atual correlação de forças, pode ser aplicada com o apoio das unidades da federa-

ção, das instituições do Ministério da Saúde (MS), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos recursos do pré-sal, de forma progressiva e mediada, no futuro governo.

No entanto, o financiamento público continua baixo, o mercado cresceu e a estratificação de clientela não foi superada.

Esse cenário se explica por dois motivos básicos: em primeiro lugar, o Estado nunca dispôs de recursos para cobrir integralmente o polo dinâmico da População Economicamen-

te Ativa (PEA), que tem capacidade de vocalização e de pressão para lutar pelo alargamento do direito social encarnado no SUS (as centrais sindicais não pautaram o SUS em seu calendário de luta e a base aliada do governo Lula não votou a Contribuição Social para a Saúde em 2009). Por último, a suposta ineficiência da gestão nas principais regiões metropolitanas decorre, em boa medida, dos gargalos do financiamento: a morte nas filas dos hospitais públicos é sua face mais perversa. Esse cenário reflete o estágio

subdesenvolvido em que se encontra o processo de construção de hegemonia do SUS.

Para reverter esse quadro deve-se apostar no projeto igualitário e solidário do SUS, de modo a incrementar seu financiamento, diminuir a desigualdade de acesso, melhorar a qualidade dos serviços e planejar a relação público/privado (ampliando ações regulatórias, reduzindo a incorporação irracional de tecnologia e refreando a duplicação da oferta). Porém, a luta pelo SUS pressupõe a adoção de políticas regulatórias, que tornem o mercado de planos, de fato, suplementar. Este mercado, hoje, substitui o SUS, levando-nos a uma espécie de “americanização perversa”, para usar uma noção da Professora Maria Lucia Werneck Vianna.

Nessa linha, precisamos refletir sobre o imperativo de reformar o mercado, em direção a novos modos de intermediação do financiamento de serviços privados. Caso não seja plausível conceber o sistema de saúde fora das relações mercantis, por exemplo, dever-se-ia pensar um tipo de propriedade privada de interesse público, que funcione como um farol na regulação de preços, na padronização da cobertura, na melhoria da qualidade da atenção médica privada, na implantação de arranjos organizacionais solidários e no cumprimento de metas clínicas e epidemiológicas do MS. O próprio Estado poderia usar seu poder de compra (economia de escala) como braço de apoio regulatório da ANS, para relativizar o poder dos oligopólios e sancionar a concorrência regulada. Nesse sentido, as experiências organizacionais de instituições como o seguro-saúde do Banco do Brasil, a Fundação

de Seguridade Social – GEAP e mesmo o novo seguro da Caixa Econômica Federal devem ser seriamente avaliadas pela comunidade científica. Vale dizer, foi essa a ideia-força que orientou a proposta do Plan Public Option da reforma de Obama, mas que não foi aprovada em sua versão final. Por que será?

Nessa perspectiva, dentro de um projeto de capitalismo de Estado, sob hegemonia do SUS, como nem todos os setores do mercado são iguais, o associativismo, o cooperativismo e a filantropia poderiam até se tornar aliados importantes na construção da esfera pública, onde as parcerias público-privado atendessem as funções constitucionais da propriedade, contrabalançando o mercado tipicamente capitalista e o próprio empresariamento médico.

Apesar de seus poucos recursos financeiros, o SUS vem demonstrando uma vitalidade impressionante. Isso não impede que reconheçamos sua crise de legitimidade junto aos sindicalistas, funcionários públicos e assalariados urbanos. Para atraí-los, objetivamente, para defender o SUS, a pré-condição


essencial é, a um só tempo, melhorar as condições de oferta do SUS e reformar as instituições do mercado.

A história parece caminhar de mãos dadas com o SUS. Do ponto de vista ideológico não será tão complicado persuadir as centrais sindicais, os funcionários públicos e os trabalhadores urbanos cobertos pelo setor privado quanto à necessidade de transitar do modelo dos Estados Unidos da América (seguro privado) para o modelo consagrado pelo Estado de bem-estar social europeu (seguro social e seguridade). Devemos convencê-los de que, nos EUA, a reforma de Obama propôs exatamente a ampliação da intervenção governamental para resolver o impasse no setor privado de saúde. De um lado, por razões humanitárias, uma vez que 46 milhões de cidadãos estavam fora do sistema e, por consequência, sem acesso aos serviços de assistência médica. De outro, por questões relacionadas à governabilidade: considerando a queda de popularidade e o aumento da taxa de desemprego em plena crise econômica internacional, o governo teve que responder à ineficiência do mercado de planos de saúde diante dos segurados. Finalmente, o modelo privado impõe custos elevados ao sistema estadunidense (16% do PIB), retirando recursos crescentes do circuito acumulação-realização, além de não apresentar resultados epidemiológicos satisfatórios, penalizando as condições de vida e assistência à saúde dos jovens, imigrantes, trabalhadores de baixa renda e blue-collars.

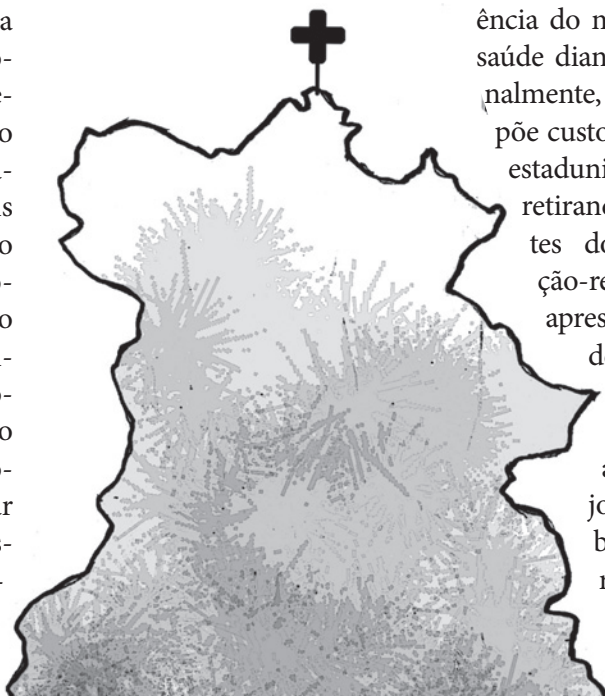
O que podemos aprender com essa experiência, que

inflige perdas patrimoniais catastróficas a famílias inteiras, levando-as ao desespero e à bancarrota? Existe uma contradição entre o art. 196 (direito social) e art. 199 (livre à iniciativa privada) da Constituição, porém o mercado não será extinto por decreto. Na disputa eleitoral de 2010, a principal lição a tirar é a de dialogar com nossos eleitores sobre a importância de aprofundar a regulamentação dos planos privados de saúde.

Poder-se-á desse modo subsidiar a construção de políticas públicas, para superar a lógica excludente do mercado, que privilegia lucros, seleciona riscos e expulsa doentes crônicos e idosos. Em uma estratégia defensiva de acúmulo de forças na defesa do SUS, essa cultura deve ser combatida, na teoria e na prática. Mas não basta construir um programa tecnicamente viável. É fundamental que seja fruto do consenso, da unidade dos partidos do campo democrático-popular, que conte com a participação dos profissionais de saúde, gestores e conselheiros de saúde. Precisamos de toda força e de toda energia para sustentar a realização deste projeto no futuro governo.

As eleições presidenciais serão um momento decisivo para mobilizar o bloco histórico identificado com a reforma sanitária, com o movimento pela democratização da saúde. A reforma sanitária deve caminhar em direção à consolidação do orçamento da seguridade social e à unicidade do SUS, para alargar o direito social na área da atenção à saúde e convencer a sociedade da superioridade do modelo universal. 

* Carlos Octávio Ocké-Reis é economista, doutor em Saúde Coletiva (UERJ) e pós-doutor em Políticas Públicas (YALE).



Entrevista - José Sergio Gabrielli de Azevedo

“Para chegar à atual produção, de dois milhões de barris diários, a Petrobras levou 56 anos. Somente com o que já conhecemos do pré-sal, podemos produzir este mesmo volume em apenas dez anos.”

Presidente da maior empresa brasileira, o economista José Gabrielli concedeu esta entrevista exclusiva ao JE sobre as perspectivas da Petrobras, o marco regulatório do pré-sal atualmente em discussão no Congresso, o cenário energético mundial e a economia fluminense.

Natural da cidade de Salvador, Bahia, Gabrielli é economista formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com mestrado sobre incentivos fiscais e desenvolvimento regional. É doutor em Economia pela Boston University, com

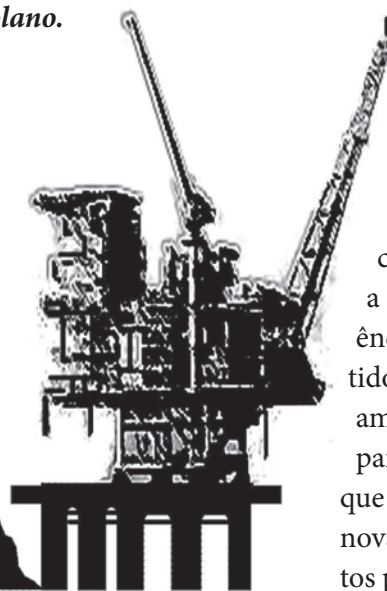
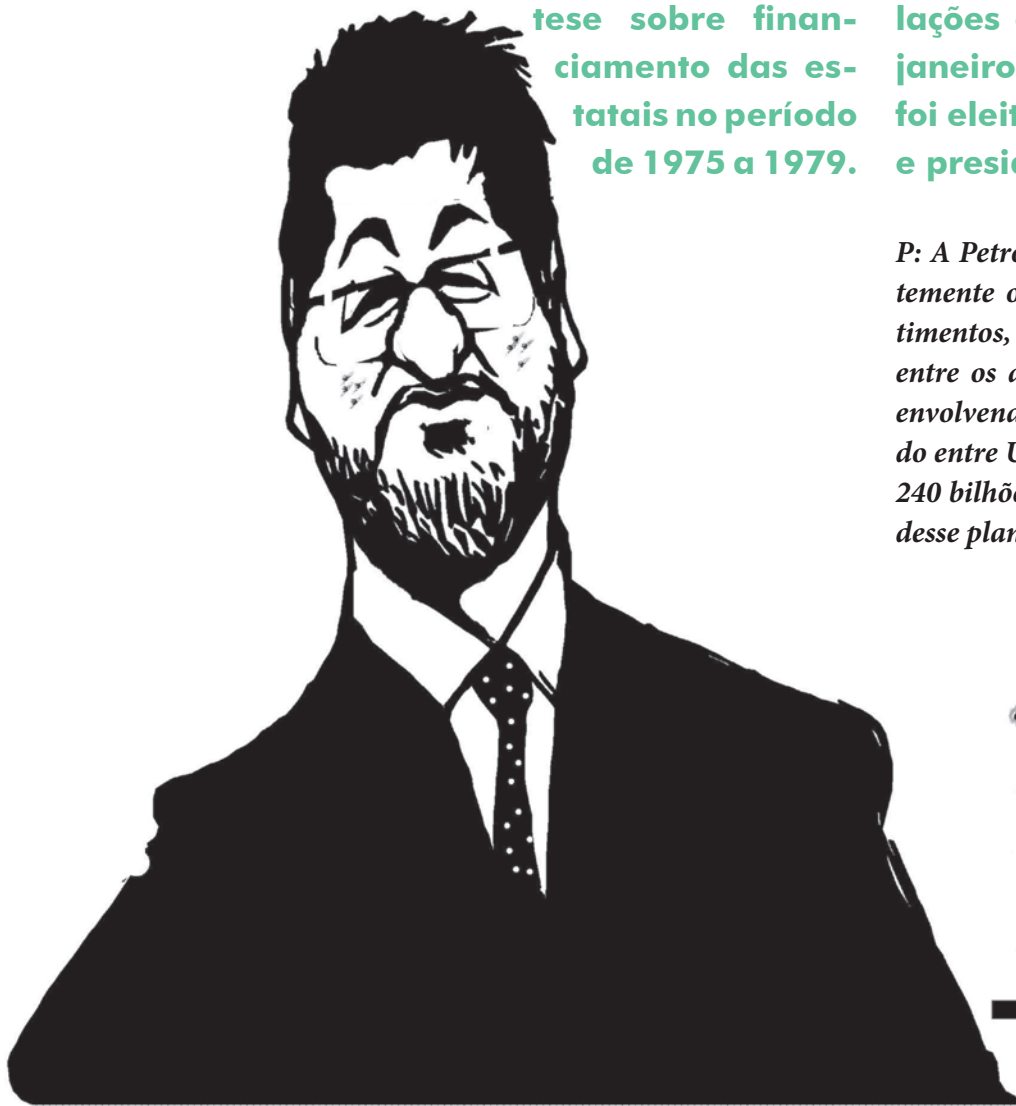
tese sobre financiamento das estatais no período de 1975 a 1979.

Foi pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e coordenador do Mestrado em Economia da UFBA; superintendente da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex); e pesquisador visitante da London School of Economics and Political Science em 2000-2001. É autor de vários artigos e livros sobre reestruturação produtiva, mercado de trabalho, macroeconomia e desenvolvimento regional.

Exerceu o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras de 31 de janeiro de 2003 a 22 de julho de 2005, quando foi eleito membro do Conselho de Administração e presidente da empresa.

P: A Petrobrás divulgou recentemente o seu plano de investimentos, para ser realizado entre os anos de 2010 e 2014, envolvendo um valor estimado entre US\$ 220 bilhões e US\$ 240 bilhões. Nos fale um pouco desse plano.

R: O que divulgamos foi a faixa de investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, para o Plano que ainda está em fase de detalhamento e depende, também, dos resultados do projeto de lei de capitalização e das condições de financiamento. Podemos adiantar, entretanto, que o plano prevê expressivos investimentos tanto nas descobertas do pré-sal como do pós-sal, incluindo a manutenção da autossuficiência em petróleo. Serão mantidos, também, os projetos de ampliação e modernização do parque de refino, com destaque para a construção de cinco novas refinarias. Além de projetos petroquímicos, contemplará



a produção de fertilizantes. Vamos, ainda, expandir a malha de gasodutos e, conseqüentemente, implantar novos projetos de energia. Entre os projetos que visam o desenvolvimento dos biocombustíveis, destaca-se ampliação da produção de biodiesel e etanol e a implantação de alcooldutos.

P: Qual o significado estratégico do maior volume de recursos previsto para os investimentos na construção de novas refinarias, em comparação com os recursos a serem aplicados na área de exploração e produção de petróleo? Setores relacionados com os interesses privados criticam o fato dos investimentos em exploração e produção não estarem de acordo com o que a área do pré-sal exige.

R: Esta afirmação não está correta. Os volumes previstos para o pré-sal são proporcionais ao conhecimento que, por enquanto, temos daquela área e vão crescer, na medida em que incorporarmos novas informações e novas descobertas. Com relação à construção de novas refinarias é uma decorrência do fato de que a Petrobras tem uma produção de óleo maior do que a capacidade de refino. E essa proporção vai crescer cada vez mais com o pré-sal. Além disso, temos um grande mercado interno de combustíveis, prioritário para nós, e que, com exceção de 2009, vem crescendo 2% a 2,5% ao ano. E a expectativa para os próximos cinco anos é de crescimento entre 3 e 4%. Se não investirmos no refino agora, seremos grandes exportadores de petróleo cru e enormes importadores de derivados, como GLP, nafta e diesel. Expor-



tar petróleo é bom, mas exportar derivados é melhor ainda. E importar produtos é péssimo para a nossa balança. Em 2020, a previsão é de que o mercado esteja em 2,8 a 3 milhões de barris por dia. Sem novas refinarias estaremos importando 1 milhão de barris de produtos e exportando 2,2 milhões de petróleo, cujo valor agregado é inferior ao da exportação de derivados.

P: Em que medida o plano de capitalização da Petrobrás - incluído entre os projetos enviados pelo Executivo ao Congresso, em torno das propostas para o pré-sal e ainda em discussão no parlamento - é vital para que as metas do plano de investimentos da empresa, para esse período entre 2010 e 2014, se realizem?

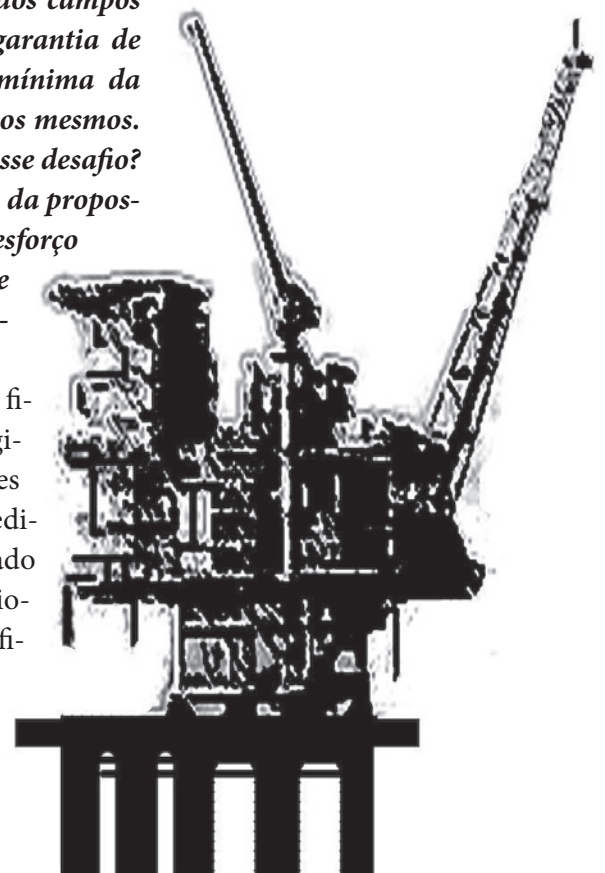
R: As metas de nosso planejamento são irreversíveis por-

que fundamentadas em reservas já provadas, em volumes recuperáveis de óleo e gás em avaliação, tanto no pós como no pré-sal, no gigantesco mercado interno de combustíveis e nas excelentes perspectivas de exportação, tanto de petróleo como de derivados. Por isso vamos implementá-las, com ou sem a aprovação da seção onerosa pelo Congresso, que esperamos ainda para esse semestre. Temos, entretanto, outras opções de captação. Há grande interesse de instituições de crédito e fundos internacionais em participar da capitalização.

P: De acordo com as propostas do governo para o pré-sal, a Petrobrás é beneficiada, não somente com o plano de capitalização, mas especialmente pelo fato da empresa ser colocada como a operadora única dos consórcios que se formariam para a exploração dos campos do pré-sal, e pela garantia de uma participação mínima da Petrobrás de 30% nos mesmos. Como você encara esse desafio? Para alguns críticos da proposta do governo, esse esforço e responsabilidade poderiam comprometer a empresa.

R: Temos condições financeiras e tecnológicas para assumir esses desafios. Nossa credibilidade no mercado financeiro internacional tem permitido financiabilidade para todos os nossos projetos e com o pré-sal não será diferente. Do

ponto de vista da capacitação tecnológica, basta lembrar que somos, hoje, a empresa líder do segmento de exploração e produção em águas profundas no mundo, com 22% das operações globais neste horizonte. Os benefícios serão também, e principalmente, para a economia brasileira, na medida em que a capitalização permitirá à Petrobras mais do que dobrar a produção de petróleo do país. E parte considerável dos recursos obtidos com o grande volume de produção esperado será destinada a um fundo social a ser aplicado no combate à pobreza, incentivo à educação e a pesquisa científica e tecnológica e à sustentabilidade ambiental. Além disso, a Petrobras como operadora única garante o melhor estímulo à rede nacional de fornecedores, reforçando a política de conteúdo local, e maximizando a utilização de



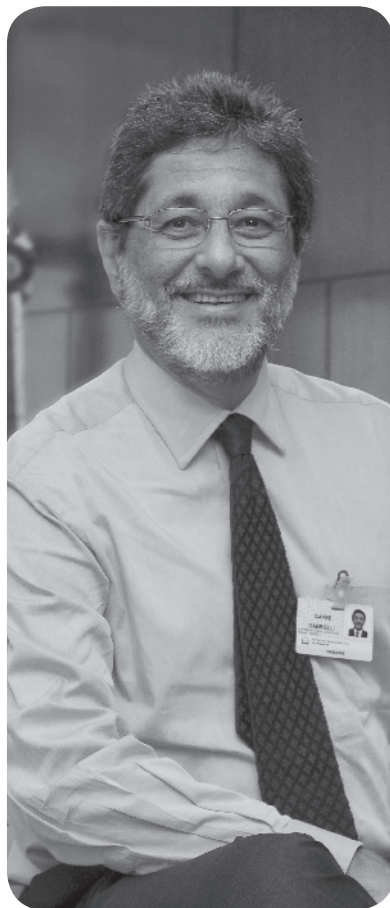
infraestrutura de apoio logístico já existente no Brasil.

P: *Se a Petrobrás possui capacidade técnica para assumir a operação exclusiva desses campos do pré-sal, e se a empresa possui plenas condições de mobilizar recursos financeiros suplementares, que se façam necessários para essa exploração, no mercado externo de crédito, por que então o governo opta por manter os leilões do petróleo, permitindo a continuidade da entrada de empresas privadas, e especialmente estrangeiras, no setor, particularmente na área do pré-sal?*

R: A configuração atual do setor petróleo, que estabeleceu o regime de concessão de áreas exploratórias, foi estabelecida por lei aprovada pelo Congresso e, portanto, somente outra lei pode modificar este status. Quando o Governo Federal tomou conhecimento das grandes descobertas na área do pré-sal, onde o risco exploratório é mais reduzido que em outras áreas, determinou à ANP a retirada dos blocos daquela área que estavam programados para serem leiloados. Em seguida encaminhou ao Congresso projetos de lei propondo o novo marco regulatório e dando nova destinação aos recursos a serem obtidos dos reservatórios do pré-sal, que possuem alta produtividade. Os novos leilões, com contratos na forma de partilha de produção, visam a definir os 70% de investimentos que outras empresas devem realizar nas novas áreas e determinar a parcela do lucro-óleo que todas as empresas, incluindo a Petrobras, devem destinar ao governo.

P: *A exploração da imensa riqueza do pré-sal demandará décadas. Ao mesmo tempo, há uma intensa atividade de pesquisas e desenvolvimento de alternativas energéticas ao petróleo e gás. Se estas fontes alternativas de energia tornem-se uma realidade, a Petrobras, e o Brasil, não podem “micar” com o pré-sal? Com que cenário energético mundial a Petrobras trabalha no médio e longo prazo?*

R: O mundo ainda vai demandar petróleo por muitos anos, independentemente do desenvolvimento de novas fontes de energia. Segundo a Agência Internacional de Energia, em 2030 a matriz energética mundial ainda será dependente do petróleo em 30%. O consumo mundial hoje é de cerca de 83 milhões de barris diários, muito perto da produção que é de



85 milhões de barris. A previsão é de que o mundo estará demandando 130 milhões de barris diários em 2030. Considerando que a redução natural da produção dos campos em produção é de 7% a 10% ao ano, o mundo terá que descobrir petróleo para compensar esta queda e para atender à demanda. E, no momento, não há notícias de grandes descobertas no mundo como a do nosso pré-sal.

P: *A empresa, indiscutivelmente, ganhou importância nos últimos anos. Como você acredita que a Petrobras será em 25 anos? E em 50 anos?*

R: Em janeiro de 2009 estabelecemos como meta em nosso Planejamento Estratégico estarmos entre as cinco maiores empresas de energia do mundo. Antes do final do ano chegamos ao segundo lugar global em valor de mercado no nosso segmento. Para chegar à atual produção, de dois milhões de barris diários, a Petrobras levou 56 anos. Somente com o que já conhecemos do pré-sal, podemos produzir este mesmo volume em apenas dez anos. E somente estão sob contrato 28% da área total do pré-sal. Este é apenas um dos indicadores de como a Petrobras poderá crescer nos próximos anos. Seremos grandes produtores e exportadores de petróleo, derivados e biocombustíveis.

P: *Há uma percepção entre alguns analistas de que o processo de esvaziamento econômico do Rio de Janeiro, iniciado com a mudança da capital federal, começa a ser revertido.*

Como economista, você concorda com esta análise? E qual será o papel da Petrobras e do pré-sal na revitalização econômica do Rio?

R: A Petrobras é - e continuará sendo por alguns anos - a maior investidora no Estado do Rio de Janeiro. O renascimento da indústria naval foi impulsionado por nós, quando, em 2003, recebemos a orientação do presidente Lula de construirmos no Brasil as plataformas de produção que estavam sendo importadas. Com isso os maiores estaleiros do estado, que estavam entre os mais importantes do país, voltaram à ativa. Estamos construindo navios, barcos de apoio e novas plataformas no estado. **Entre embarcações de grande e pequeno porte, plataformas de produção e sondas de perfuração, as expectativas superam 300 unidades, até 2020. Uma parte considerável destas encomendas deverá ficar em terras fluminenses e cariocas. Mas a expansão não se resume ao pré-sal. Lembramos que a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, o Comperj, será o pólo irradiador de indústrias de segunda e terceira geração petroquímica e de fábricas que utilizam suas matérias primas para a produção de uma infinidade de produtos de amplo consumo.** Além de enorme impacto do nosso investimento, a economia do Rio de Janeiro recebe, também, os efeitos dos nossos gastos de custeio fortemente concentrados no estado em termos dos salários dos empregados, serviços e bens adquiridos e impostos pagos. 📺

A vergonha é nossa

■ Paulo Metri*

Segundo divulgação do governo brasileiro, a produção mundial de petróleo em 2008 foi de 86 milhões de barris por dia (b/d) e, em 2030, sem contar com novas descobertas, o declínio da produção a colocará em 31 milhões b/d. No entanto, a demanda mundial, em 2030, será de 106 milhões b/d, significando um déficit de 75 milhões b/d. Maior eficiência energética e introdução de fontes alternativas não resolverão o problema. Também, 77% das reservas mundiais são possuídas por estatais de países em desenvolvimento, muitos dos quais considerados instáveis politicamente, portanto, a crise que se avizinha é gigantesca. Neste contexto, o pré-sal é descoberto em um país politicamente estável.

Que modelo jurídico e institucional deve ser adotado para garantir o máximo usufruto pela sociedade brasileira das imensas reservas do pré-sal? Como tudo leva a crer que os leilões deverão continuar existindo por imposição política e, não, por racionalidade social. A grande competição pelos blocos ainda não licitados do pré-sal, cerca de 72% da área total, se dará basicamente entre petrolíferas estrangeiras e a Petrobrás. Nos outros 28%, infelizmente já entregues pelo modelo de concessão, a posse do petróleo é de quem o produzir, proibindo ao Estado de agir com interesse geopolítico, se a concessão foi ganha por empresa privada. Além disso, nos 13 anos de existência da lei das concessões, nenhuma

empresa estrangeira encomendou plataformas ou desenvolvimentos tecnológicos no país. Quem compra ou desenvolve tecnologia no país é a Petrobrás, gerando mais emprego e renda na economia.

Desde a primeira rodada de leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em 1999, já era conhecida, em órgãos do Estado, a provável existência de petróleo abaixo da camada de sal, no nosso mar territorial entre Santa Catarina e Espírito Santo. Então, o que deveria ter sido feito pela ANP, como medida cautelar, à época, era pesquisar mais a região, antes de incluir qualquer bloco da mesma para leilão, ou colocar nas concessões que elas só dariam direitos até a camada de sal.

O monopólio estatal socialmente controlado é o modelo que melhor satisfaria a socieda-

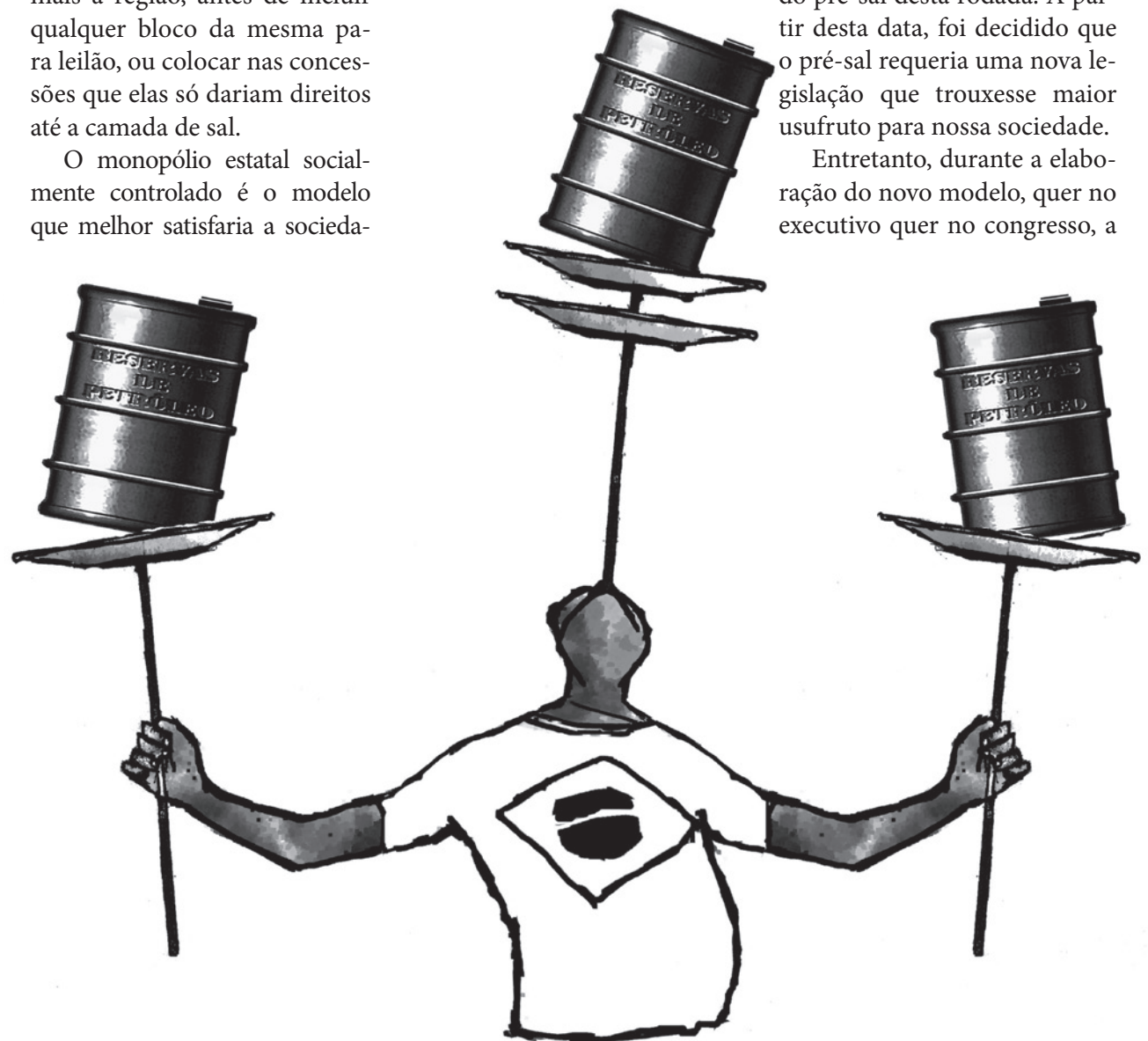
de brasileira, considerando que somos um país em desenvolvimento assediado sem pudor pelo capital internacional. Este despudor é devido aos inúmeros atrativos do petróleo hoje, como proporcionar lucros extraordinários, permitir que refinarias do mundo desenvolvido não fiquem paralisadas por falta do insumo, manter gigantescas economias totalmente dependentes e manter forças armadas operativas.

As condições de contorno do problema são um país com uma mídia dominada pelo capital, não havendo contraditório para formação da opinião pública,

e a maioria dos políticos sendo escolhida com o mesmo controle de acesso à informação, o que resulta neles representarem somente os financiadores de campanhas e, não, a sociedade.

Em novembro de 2007, na véspera da nona rodada de leilões, a Petrobrás confirmou a existência de muito petróleo na área do pré-sal. Consta que um interlocutor próximo do presidente lhe disse que, se ocorresse esta rodada, como planejava a ANP, ele seria o presidente mais entreguista da história do país. Verdade ou não, o presidente mandou retirar 41 blocos do pré-sal desta rodada. A partir desta data, foi decidido que o pré-sal requeria uma nova legislação que trouxesse maior usufruto para nossa sociedade.

Entretanto, durante a elaboração do novo modelo, quer no executivo quer no congresso, a



atuação dos lobistas das petrolíferas estrangeiras foi e está sendo intensa. Como sempre, a sociedade está sem representantes neste processo de decisão, uma vez que aqueles que deveriam representá-la, com raras exceções, representam seus inimigos. Sindicatos e associações da sociedade civil, que não deveriam falar pela sociedade, são os mais próximos de suas verdadeiras representações.

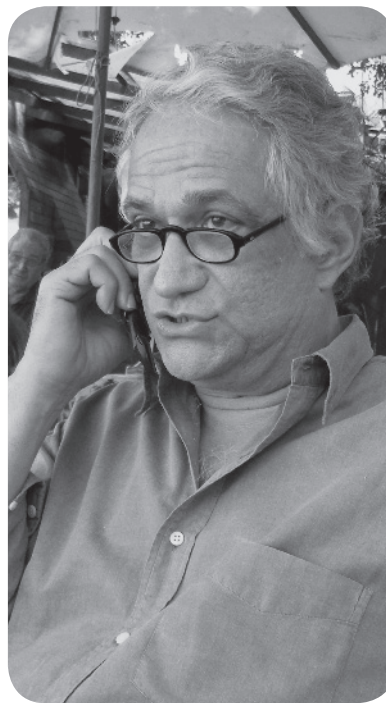
Buscando atender à correlação de forças existente no congresso e utilizando também seu capital político acumulado, o governo Lula criou proposta de novo marco regulatório para a área do pré-sal, que tem aspectos positivos, quando comparado com o modelo das concessões, como a comercialização de maior parcela de petróleo pelo Estado brasileiro, a entrega da liderança de todos os consórcios a serem contratados para a nova empresa estatal, que determinará um ritmo de implantação e produção condizente com os interesses da sociedade, a designação da Petrobrás para ser a operadora única dos campos desta área, possibilitando maiores compras e desenvolvimentos locais, e a criação do fundo social, que repassa recursos para o combate à pobreza e o desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental.

Entretanto, o executivo cedeu, infelizmente, à pressão das empresas, pois, no projeto de lei remetido para a Câmara que trata do contrato de partilha, consta no inciso II do artigo 2º que os custos e os investimentos realizados pelo contratado na execução das atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações são ressarcidos com parcela da produção de petróleo, gás

natural e outros hidrocarbonetos fluidos, em caso de descoberta comercial. Ou seja, além da participação nos lucros do empreendimento, que já são altos, as empresas recebem o ressarcimento de custos e investimentos realizados, o que não acontece em nenhum ramo de negócios.

Adicionalmente, o relator na Câmara do mesmo projeto de lei, o deputado Henrique Alves, assegurou no seu substitutivo a este projeto, no novo parágrafo 2º do artigo 42, o ressarcimento dos royalties com volumes de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos. Mas, o mérito não é só dele, pois a maioria dos deputados aprovou no plenário esta nova redação. Se considerarmos uma produção do pré-sal em 2025 de um bilhão de barris e um barril a US\$ 150, nesta época, a doação citada significa US\$ 22,5 bilhões.

Então, a benevolência das duas instâncias de poder brasileiras conseguiu um feito inusitado no mundo. Como o petróleo seguramente ocorrerá no pré-sal se for competentemente escolhido o local a perfurar, as empresas podem explorar, avaliar, desenvolver o campo, produzir e desativar as instalações, sem gas-




tarem um tostão, precisando unicamente ter capital de giro.

Além disso, um estudo da Associação dos Engenheiros da Petrobrás constata que o consórcio produtor ficará com 66,4% do petróleo produzido para comercializar e, se for retirada a participação mínima de 30% da Petrobrás no consórcio, as demais empresas irão comercializar 46,5% da produção, diminuindo nossa possibilidade de ação geopolítica.

Quanto à remessa de recursos para o Fundo Social, vai depender do que os consórcios irão oferecer de percentual do excedente em óleo, novo nome do lucro líquido, durante os leilões. A proposta do executivo jogou para os editais das rodadas de leilões, a serem lançados pela ANP, a fixação do percentual mínimo a ser ofertado, o que é um perigo, pelo que tem representado esta Agência. Não foi por falta de alerta de entidades da sociedade civil, que não se colocou um percentual mínimo de 80% dentro da lei.

O fato do projeto de lei ainda estar sendo analisado no Senado não traz tranquilidade alguma.

Para quem gosta de sonhar, existe a possibilidade do uso do inciso I do artigo 8º, se for mantido, do projeto de lei em estudo no Senado, que permite a União celebrar contratos de partilha de produção diretamente com a Petrobrás, dispensando a licitação, o que deverá ser usado somente no período da capitalização permitida.

Mais uma vez, no nosso país, a oligarquia se junta a grupos estrangeiros para roubar riqueza do conjunto da sociedade. Todo nosso ouro foi retirado do Brasil e foi aparecer nos cofres da Inglaterra, através de Portugal, deixando a sociedade a ver navios, aqueles que o levavam. Nos demais ciclos de riqueza, algo similar aconteceu e, no pré-sal, tudo indica que o modelo se repetirá, a menos que a sociedade se conscientize e, desta vez, se rebele e exija mudanças. Enquanto isto, debate-se muito a repartição dos royalties. Estranho, não? 

* Paulo Metri é conselheiro da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros



Indenizações pelo petróleo: por quê? para quem? para quê?

A discussão a respeito das compensações financeiras decorrentes da exploração e produção de petróleo e gás natural ganhou enorme notoriedade com a tramitação do novo marco regulatório sobre a exploração de petróleo e gás natural no Congresso Nacional. O FPO-RJ pesquisou o posicionamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro através da mídia e buscou dados no Boletim de Transparência Fiscal. Com o intuito de alargar o debate, também foi aberto o espaço para o contraditório na opinião de dois economistas consultores do Fórum, Thiago Marques e Renato Elman. Estes economistas, ex-estagiários do FPO-RJ e hoje assessores de parlamentares, foram ouvidos devido ao domínio do tema.

Ressalte-se que, independentemente da postura política dos dois economistas em relação ao Governo Cabral, não há divergência entre as três análises em se repudiar a Emenda Ibsen Pinheiro. Entretanto, a discussão vai além de uma perda de receita e envereda para uma reflexão a respeito de três questionamentos: Qual a razão destes pagamentos? Quem deve receber estes recursos? De que maneira eles devem ser utilizados?

O Governo Sergio Cabral já expressou, em diversos comunicados e pronunciamentos, o seu posicionamento contrário frente à Emenda Ibsen Pinheiro e às críticas quanto ao seu uso pelos argumentos a seguir expostos.

A citada Emenda acarretaria numa perda anual estimada de



Rosana Henriques

R\$ 7 bilhões, incluindo participação especial e *royalties*, dos quais cerca de 70% são destinados aos cofres do Governo Estadual, o que comprometeria de forma significativa seu orçamento.

Em 2009 estes recursos financiaram 10,19% das despesas do Estado, alocados da seguinte forma:

- 49,4% no Rio Previdência, para a capitalização do Fundo de Previdência do Estado do Rio e consequente pagamento de inativos;
- 39,7% com o pagamento da dívida com a União, referente à antecipação de recursos de *royalties*;
- 5,6% foram destinados ao FECAM e;
- 5,3% transferidos aos municípios.

Pelos números governamentais, pode-se verificar que em 2009 permanece a divisão na aplicação de recursos de 2008, com exceção do aumento da destinação para pagamento da Dívida e diminuição da despesa previdenciária.

Contudo, essa alocação de metade dos recursos no Rio

Previdência, apesar de legalmente baseada, é passível de inúmeras críticas, pois se trata de recursos que são finitos custeando despesas correntes cujo dispêndio tem previsão de tempo indeterminado.

Ocorre, no entanto, que os recursos de *royalties* e participações especiais não podem ser utilizados para qualquer fim. Os mesmos devem ser aplicados em despesas obrigatórias (dívida e transferências) e em despesas de capital (investimentos), podendo ainda ser utilizado para capitalização de fundos previdenciários.

Desta forma, os críticos à capitalização do Rio Previdência afirmam que estes recursos deveriam ser utilizados para investimentos que gerassem crescimento econômico e, consequentemente, novas fontes de arrecadação para o Estado.

O contra-argumento a essa crítica se baseia na seguinte hipótese: se o governo estadu-

al não financiasse as despesas previdenciárias com recursos de *royalties*, o teria que fazer com recursos diretamente arrecadados. Com isso, tudo que hoje é aplicado na capitalização do fundo de previdência seria destinado aos investimentos. Consequentemente, os recursos que hoje cobrem as despesas de custeio seriam destinados à previdência, dado que as despesas de pessoal e as com limites constitucionais não poderiam sofrer reduções.

Tal fato resultaria na contração das despesas de custeio restantes, inclusive as relacionadas com Segurança Pública, Transportes e Assistência Social, dentre outras igualmente essenciais para garantir o bem estar da população e não poderiam ser financiadas com recursos de *royalties*.

Além da questão da destinação dos recursos de *royalties*, é necessário refletir sobre a particularidade da arrecadação de ICMS no Estado do Rio de Janeiro. Por uma exceção consignada na Constituição Federal, a incidência no setor de energia é cobrada no destino e não na origem, ou seja, por mais que essas atividades apresentem crescimento, isto não gera impacto direto na arrecadação do Estado. Aliás, os *royalties* também foram considerados como uma espécie de compensação por esse desvio da regra geral.

Enfim, à luz da discussão da Emenda Ibsen Pinheiro, urge o debate de um novo pacto federativo no que concerne à gestão fiscal.

O destino dos recursos e o uso político-eleitoral da questão

■ Thiago Marques*

Por ironia do destino, os findos recursos naturais (recursos dos royalties) poderão se esgotar para o Estado do Rio de Janeiro, não pela escassez do petróleo, mas sim por uma emenda à Constituição.

No dia 17 de março deste ano um passageiro perguntou para o cobrador porque o trânsito estava parado. O cobrador respondeu sem pestanejar: “É uma manifestação porque querem tirar as Olimpíadas do Rio de Janeiro”.

A resposta do cobrador traz o forte e comovente apelo governamental — todos contra a covardia — numa tentativa de impedir mudanças da legislação dos royalties. A mobilização sensibilizou a população do Estado do Rio de Janeiro. Pessoas que nunca tinham ouvido falar do assunto passaram a defender incondicionalmente os royalties.

Na administração pública, a perda de qualquer receita provocará distúrbios na execução do orçamento, em especial nas

despesas, e prejudicará a execução dos serviços públicos. No Estado do Rio a perda acarretará o fim das Olimpíadas 2016 ou a redução dos investimentos?

O orçamento é o caminho para se analisar como os royalties são utilizados. De 1995 até 2008 foram arrecadados mais de R\$ 38 bilhões em valores constantes.

Como os recursos são aplicados?

Sobre a aplicação dos royalties, a legislação federal versa: “os recursos não devem ser utilizados para pagamento do quadro permanente de pessoal e de dívidas do ente (artigo 8º da Lei nº 7.990/89), mas abre brecha ao excetuar para dívidas com a União e também por permitir a capitalização de fundos de previdência” (Lei Federal nº 10.195/01¹). A tabela 2 detalha a arrecadação em 2008.

As exceções da legislação federal permitiram que aproximadamente 90% da arrecadação no Rio de Janeiro fossem utilizados para pagamento de

TABELA 1 - Receitas Arrecadadas X Royalties

	Receitas Arrecadadas (A)	Royalties (B)	B/A%
2009	44.819.009.212	4.886.762.654	11%
2008	43.016.662.960	6.719.758.925	16%
2007	36.483.518.048	4.363.925.373	12%
2006	34.141.376.529	5.102.407.733	15%

Fonte: SIG/SIAFEM

dívidas e previdência. As transferências aos municípios e para o Fundo Estadual de Controle Ambiental (FECAM) ficaram aproximadamente em 5% cada, sobrando 1% para obrigações tributárias e contributivas.

Assim, afirmar que a perda dos royalties provocará o cancelamento da realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e a queda dos investimentos não procede, pois são as aposentadorias que estão em perigo. Tão legítima quanto à luta pela permanência dos royalties é o esclarecimento e a transparência de como tais recursos são e devem ser utilizados pelos governos envolvidos.

Há de se discutir a necessidade da criação de instrumentos para garantir o retorno dos royalties

para a sociedade, por meio do investimento no meio ambiente, na produção de energia limpa e renovável, na saúde, na educação, habitação e agricultura familiar sustentável. Mas, além de se lutar por um destino justo para os royalties, precisamos nos mobilizar para democratizar o sistema de controle da aplicação desses recursos tanto pelo governo estadual quanto pelos municípios. Não podemos continuar convivendo com cidades cada vez mais pobres e de prefeitos cada vez mais ricos.

* Thiago Marques foi estagiário do FPO-RJ e hoje trabalha na assessoria do mandato do deputado Marcelo Freixo do PSOL.

1 A Lei estabeleceu medidas de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados

TABELA 2: Arrecadação e Aplicação dos Royalties em 2008

Arrecadação	Valor	%
Cota-Parte da Compensação Financeira dos Royalties pela Produção do Petróleo - Até 5%	984.135	14,6%
Cota-Parte Compensação Financeira dos Royalties pela Produção do Petróleo Transferida aos Municípios	328.045	4,9%
Royalties pela Produção do Petróleo - Excedente a 5%	950.594	14,1%
Cota-Parte Participação Especial Exploração do Petróleo e Gás Natural - Lei nº 9.478/97	4.454.354	66,3%
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	2.631	0,0%
TOTAL	6.719.759	100,0%
Aplicação		
Ressarcimento à União pela antecipação de Royalties	1.704.190	25,4%
Transferências a Municípios (repartição dos Royalties)	328.045	4,9%
Obrigações tributárias e contributivas	63.917	1,0%
Despesas com o FECAM	321.821	4,8%
Transferência ao RIOPREVIDÊNCIA (capitalização)	4.301.548	64,0%
TOTAL	6.719.521	100,0%

Fonte: Relatório de Gestão de Contas de 2008 do Tribunal de Contas do Estado-RJ.

O uso dos recursos, a origem da receita e o histórico das despesas

■ Renato Elman*

Parte-se de dois conceitos não excludentes entre si. O primeiro é que reconhece a União como proprietária do petróleo e gás natural, logo, esta deve ser recompensada pela sua extração e, conseqüentemente, todos os brasileiros serão beneficiados com as ações propiciadas com estes recursos. Já o segundo é a notoriedade de que as atividades econômicas da cadeia produtiva do petróleo geram fortes impactos nas localidades próximas aonde este processo ocorre. Há um intenso fluxo migratório para estes lugares, o que, invariavelmente, implica o aumento da demanda por bens e serviços públicos nestas regiões.

Também se faz necessário destacar que os riscos ambientais se darão nestas localidades, confrontando-se com o grande potencial poluidor destas atividades. Derramamentos de óleo e até mesmo o afundamento de uma plataforma de petróleo já foram presenciados no litoral brasileiro.

Assim, resta o óbvio que a União, bem como os Estados e Municípios onde as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural afetam diretamente seus cotidianos, devem receber os recursos das indenizações decorrentes destas atividades.

Nos últimos 10 anos (de 2000 a 2009), a arrecadação com Royalties e Participações Especiais no Brasil¹ alcançou R\$ 115,8 bilhões, dos quais R\$ 45 bilhões foram destinados à União, o que representa 38,9% do total. Ao Estado do Rio de Janeiro foram destinados R\$ 34,6 bilhões (29,9%) e R\$ 18,8 bilhões (16,2%) aos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

A questão que se coloca, então, é como estes recursos devem ser utilizados?

Atualmente, as restrições le-

gais para a aplicação dos recursos das compensações do petróleo são muito limitadas. A Lei nº 7.990/89 vedou a aplicação destes recursos com pagamento de dívidas e com pessoal. No entanto, a Lei 10.195/01 afrouxou sensivelmente estas restrições, permitindo o pagamento de dívidas com a União², bem como a utilização na capitalização dos fundos de previdência, o que corresponde a um gasto com pessoal inativo.

No Estado do Rio de Janeiro há a determinação da Constituição Estadual em se aplicar um percentual no Fundo Estadual de Conservação Ambiental (FECAM). É importante destacar que até 2003 este percentual era de 20% e atualmente está em 5% das compensações financeiras.

A execução orçamentária³ dos recursos dos royalties e Participações Especiais mostra que, de 2000 a 2009, a maior parcela dos mesmos, aproximadamente 40%, foi destinada à União pela operação de antecipação de receita, constituindo-se assim numa dívida específica. Em seguida, aparecem os gastos com previdência, representando quase 33% do total. Para o pagamento das demais dívidas estaduais, foram utilizados mais de 13% destas receitas. Também se destaca a transferência legal de 5% aos municípios do Estado. Estes quatro itens juntos representam mais de 91% dos gastos.

Afora estes itens, chama atenção, ainda, a utilização de apenas 6% do total em investimentos, majoritariamente em ações relacionadas à proteção do meio ambiente, seguindo a determinação da Constituição Estadual. Desta forma, percebe-se que as compensações financeiras têm sido utilizadas de forma errada, privilegiando compromissos financeiros e servindo de instrumento para cobrir o gasto previdenciário, em detrimentos

dos investimentos, da busca pela diversificação das atividades produtivas e da redução das desigualdades sociais em nosso Estado.


Os dados recentes revelam que o principal destino destes recursos é o gasto previdenciário (64% do total em 2008 e 52% em 2009). Essa possibilidade de aplicação num gasto corrente é motivo de intensa polêmica haja vista a sua proibição legal até 2001. O governo estadual argumenta que tal utilização o libera para investir em outras áreas fundamentais para o desenvolvimento da sociedade. Tal justificativa não se respalda na análise do cumprimento das determinações constitucionais, referentes aos percentuais mínimos de gasto com saúde e educação (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino). Enquanto o percentual mínimo constitucional para saúde é de 12% e o de educação 25%, segundo a Prestação de Contas para o Exercício de 2009, elaborada pelo Poder Executivo, os percentuais atingidos foram de 12,02% e 25,03%, respectivamente⁴. O mínimo parece ter se tornado a referência. Desta forma, é possível inferir que os recursos oriundos do petróleo não representaram acréscimos nessas despesas vitais.

Por outro lado, deve-se levar em consideração que tais receitas decorrem da exploração de um bem não renovável e, portanto, finito. A percepção desta característica é ofuscada diante da enorme quantidade do petróleo e gás recentemente encontrados, bem como das possibilidades ainda a serem descobertas. Mesmo assim, pode-se considerar que estas receitas são extraordinárias.

A volatilidade de tais receitas também é uma característica marcante, posto as grandes variações do preço internacional do barril de petróleo, bem como da taxa de

câmbio brasileira; variáveis importantes para a composição do volume arrecadado. Portanto, mesmo com a manutenção dos níveis de produção, a arrecadação com as compensações pode diminuir sensivelmente em pequenos intervalos de tempo.

Tal possibilidade de oscilação por fatores que fogem ao controle do governo estadual associada à sombria previsão de redução das receitas das indenizações do petróleo pela Emenda Ibsen reforçam o posicionamento contrário à utilização destes recursos em despesas de caráter contínuo. Sua orientação deve ser a busca pela diversificação das atividades produtivas, de forma a estabelecer condições para a manutenção da receita governamental para quando da redução dos pagamentos das compensações financeiras. Também deve ser considerada a situação social do país, onde a atuação pública, no sentido de diminuir a pobreza e as desigualdades, ainda se faz extremamente necessária.

Resta a esperança que o Senado Federal corrija o erro da Câmara dos Deputados, restabelecendo as indenizações pela extração e produção de petróleo e gás natural aos Estados e Municípios produtores. É indispensável, também, a expectativa de uma melhor utilização destes recursos por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro. 

* Renato Elman foi estagiário do FPO-RJ e hoje trabalha na assessoria do mandato do deputado Alessandro Molon do PT.

1 Segundo dados da ANP, disponível em: <http://www.anp.gov.br/?id=518>.

2 Cabe ressaltar que a federalização das dívidas estaduais e municipais, ocorridas na década de 1990, fez da União o principal credor destes entes.

3 Fonte: SIG – Sistema de Informações Gerenciais da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro.

4 Fonte: SIG – Sistema de Informações Gerenciais da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro.